

A PLANETARIZAÇÃO DA CULTURA DO CAPITAL E AS REFORMAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

THE GLOBALIZATION OF THE CULTURE OF THE CAPITAL AND THE REFORMS OF THE SUPERIOR EDUCATION IN BRAZIL

SILVA JR, João dos Reis ¹

RESUMO

O artigo analisa como a forma atual do capitalismo no Brasil produziu uma regulação social que procura construir uma “nova institucionalidade” para a mudança na estrutura social visível a olho nu, feita por meio das ONGs e do já *Terceiro Setor*, assentada na busca do consenso entre antagônicos por meio de política de negociação e de uma brutal ofensiva ideológica contra tudo o que seja aparentado com soberanias populares, submetidas à política econômica aceita desde o início dos anos noventa.

Palavras-chave: Globalização; capital; trabalho; reformas educacionais.

ABSTRACT

The article analyzes as the current form of the capitalism in Brazil produced a regulation social that looks for to construct a “new governance” for the change in by rough estimate naked visible the social structure, made by means of the ONGs and of already the Third Sector, seated in the search of the consensus between antagonistic by means of politics of offensive brutal negotiation and an ideological one against everything what it is make look like with popular sovereignties, submitted to the accepted economic policy since the beginning of the Nineties.

Key-words: Globalization; capital; work; educational reforms.

¹ Doutor em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e com pós-doutorado em sociologia política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), atualmente é professor e pesquisador do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É autor de vários livros e muitos artigos e capítulos de livros no Brasil e no exterior. Últimos livros publicados: *Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção*, em co-autoria com Valdemar Sguissardi (Bragança Paulista: EDUSF, 1999, 1ª edição, e Bragança Paulista e São Paulo: EDUSF e Cortez: 2001, 2ª edição); *Trabalho e formação*, em co-autoria com Jorge Luís Camarano González (São Paulo: Xamã, 2001); *Reformas do Estado e da educação no Brasil de FHC* (São Paulo: Xamã, 2003); *O institucional, a organização e a cultura da escola*, em co-autoria com Celso Ferretti (São Paulo: Xamã, 2004) e *Pragmatismo e populismo na educação superior no Brasil de FHC e LULA* (São Paulo, 2005). Contato: jr@power.ufscar.br

INTRODUÇÃO

O Imprevisto é uma espécie de deus avulso,
Ao qual é preciso dar algumas ações de graças;
Pode ter voto decisivo na
Assembléia dos acontecimentos.
(Machado de Assis, *Esau e Jacó*.)

A forma atual do capitalismo no Brasil produziu uma regulação social que procura a produzir numa “nova institucionalidade” para a mudança na estrutura social visível a olho nu, feita por meio das ONGs e do já *Terceiro Setor*, assentada na busca do consenso entre antagônicos por meio de política de negociação e de uma brutal ofensiva ideológica contra tudo o que seja aparentado com soberanias populares, submetidas à política econômica aceita desde o início dos anos noventa.

Tendo alcançado sua maturidade estrutural no mandato de FHC, por meio de várias emendas constitucionais e regulações inéditas, que buscam legalizar uma série de facilidades facultadas ao capital e tende a realizar-se e a adensar-se decisivamente no atual mandato presidencial.

A clareza e a horrenda visão da economia na condição de pura ideologia nos faz lembrar um passeio pelo *Estígio* tendo como cicerone o *Barqueiro Sombrio*, a quem se paga um óbolo para sofrer e purgar a miséria humana desta organização social da vida humana, que procura fazer do ser humano coisa divisível quando ele não o é, e quando busca fazê-lo específico, quando ele é genérico: pobre bicho que assim o é, sem que o saiba na maioria das vezes. Ele é doente e precisa sentir-se saudável por força da ideologia concretizada de forma bestial da economia da planetarização, que se põe a exigir um pacto social somente possível por meio de reformas em cada país com a tradução da “nova institucionalidade”, produzida por meio de mudanças institucionais, especialmente das instituições formativas tal qual a escola, por ser-a educação, a única forma de socialização cujo ordenamento jurídico é monopólio de Estado.

Esta Instituição máxima é reformada conforme exigências da planetarização e oferece a matriz teórica, política e ideológica para a reforma das demais instituições, com destaque para as educacionais para a construção do *PACTO SOCIAL PLANETÁRIO E DESIGUAL* como a diferença entre a Zona Leste da Cidade de São Paulo e o Bairro dos Jardins, algo, como a diferença entre Beverly Hills e o Bronx.

Histórica e necessariamente a construção dos novos pactos sociais, neste caso, nacionais, mas com unidade planetária, passa pela mudança da contradição entre as esferas indissociáveis e antagônicas públicas e privadas, em qualquer das atividades humanas, na sociedade civil ou no Estado, e nas instituições sociais públicas ou privadas.

Por outro lado também é parte deste processo, a identificação ideológica entre Estado e o público, o que faz do entendimento das relações público-privadas movimento complexo quando se busca relacioná-las com o mercantil e, sobretudo, o

estatal. Neste sentido, deve-se partir do princípio de que a liberdade e a igualdade são uma utopia iluminista e de que a propriedade privada e suas conseqüências são uma dura realidade na história do capitalismo, especialmente no contexto da inserção do Brasil na imperial planetarização do capital, aqui, nunca entendido por meio do reducionismo economicista, mas sobretudo cultural, ainda que com limites e alcances qualitativos e quantitativos postos pela planetarização econômica, mas que se ela relaciona-se com autonomia relativa. Como já admitia o ex-presidente da República Federativa do Brasil em seu discurso de despedida do Senado Federal na primeira metade da década de 1990, já aí mostrando, seu programa de governo e a expressão da planetarização da cultura do capital na especificidade de nossa formação sócio-histórica, enfatizando, aqui a dimensão econômica indissociável das demais esferas formadoras do ser humano.

Assim, é de muita importância para entendermos a planetarização em seu amplo sentido, ler a íntegra do ex-presidente, que é organizado em vários pontos: 1) LIÇÕES DE POLÍTICA DEMOCRÁTICA²; 2) AS ELEIÇÕES MARCAM O FIM DA TRANSIÇÃO³; 3) O CONGRESSO, SOLUCIONADOR DE IMPASSES; 4) O FIM DA ERA VARGAS; 5) BASES DO NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO; 6) ESTABILIDADE MACROECONÔMICA; 7) ABERTURA DA ECONOMIA; 8) NOVA RELAÇÃO ESTADO-MERCADO⁴; 9) CONSTITUIÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL⁵; 10) O BRASIL TEM PRESSA; 11) A AGENDA CONSTITUCIONAL; 12) REFORMA TRIBUTÁRIA; 13) REPARTIÇÃO DE ENCARGOS⁶; 13) A VERDADE ORÇAMENTÁRIA⁷; 14) A REFORMA DA PREVIDÊNCIA; 15) CAPITAL ESTRANGEIRO; 16) MONOPÓLIOS ESTATAIS, FHC mesmo comenta:

A mesma visão que inspirou a discriminação do capital estrangeiro levou a inscrever na Constituição o princípio do monopólio estatal do petróleo, que vigorava com base em lei ordinária desde 1954, e estendê-lo às telecomunicações e aos serviços locais de gás canalizado. Justificado em nome dos 'interesses estratégicos' do País, como se a exploração privada fosse uma porta aberta a objetivos anti-nacionais, o monopólio estatal corre outro risco: o de ser um guarda-chuva de privilégios corporativistas, de associações espúrias com interesses privados, e um obstáculo à realização dos investimentos necessários em setores vitais da infra-estrutura. Continua FHC, defendendo a flexibilização dos monopólios estatais, para permitir parcerias com a iniciativa privada e investimentos privados na expansão dessas áreas. Eu queria reafirmar meu ponto de vista sobre essa matéria que requer posições claras.

² Tal como no Golpe Militar de 1964, o discurso é o mesmo: a defesa da democracia e do liberalismo, enquanto a realidade é a produção da nova forma histórica da regulação social.

³ Um período que marca o fim da transição de uma regulação social capitalista, substituída por meio da coerção posta na sombra. Em acréscimo, inaugura novo processo regulacionista com base em novo ordenamento jurídico, na coerção colocada na contra-luz, na persuasão populista das políticas focais e nas palavras de Maurício Tragtenberg: o participacionismo e Alice no país das maravilhas concretizado pelas ONGs e o Terceiro Setor.

⁴ Destaco, por ser o espaço da planetarização e da difusão cultural do capital.

⁵ Destaco, pois aqui há a referência explícita à necessidade de uma nova racionalidade da sociedade civil mediadas por Organizações não Governamentais, que são fundamentais para a produção do novo pacto social, como expressão da planetarização da cultura do capital.

⁶ Destaco, pois, neste ponto a descentralização do definido de forma autoritária e tecnocrática, isto é, no núcleo central do Estado é acionado no Brasil a cultura para as reformas que consolidariam a cultura do capital na planetarização.

⁷ Destaco, pois neste ponto FHC mostra a mudança de paradigma de política pública de demanda social para o de oferta econômica, isto favorece a equidade – igualdade de oportunidade e não igualdade de fato – traição à própria doutrina liberal, ao mesmo tempo faz das políticas sociais, na verdade, políticas econômicas, como procuramos mostrar; o capital entrou na democracia liberal burguesa, Luiz Bonaparte virou-se no túmulo.

Hoje não se compagina mais desenvolvimento tecnológico existente no Brasil com conjunto de restrições constitucionais em certas áreas,

REFORMAS COM CONTINUIDADE⁸

Neste ponto a política de estabilização cruza com outro item da agenda para um novo modelo de desenvolvimento. Trata-se de levar adiante a abertura da economia brasileira - incluindo, no que couber, os setores financeiros e de serviços - e sua integração ao mercado mundial. Em 1990, quando a abertura comercial ganhou velocidade, com a abolição de muitas barreiras não-tarifárias e o início do cronograma de redução das tarifas de importação, não faltou quem previsse a "quebradeira" da indústria nacional. Em vez disso, o que se tem visto são provas da vitalidade do nosso parque industrial. Apesar das altas taxas de inflação, que praticamente inviabilizaram o recurso ao crédito bancário, indústrias de todos os ramos e tamanhos responderam ao desafio da abertura comercial com enorme vigor. Reestruturaram-se; buscaram a atualização tecnológica e gerencial; conseguiram ganhos expressivos de qualidade e produtividade. Um bom indicador desse dinamismo são as quase 500 empresas brasileiras, detentoras do certificado de qualidade internacional ISO 9000 - qualquer dos nossos países vizinhos não chega à centena, longe dela; e já temos mais de 500 empresas com esse certificado. Mas o indicador crucial é, obviamente, o desempenho das exportações. Elas aumentaram mais de 14% nos últimos três anos. Estão fechando 1994 com um crescimento de 13% em relação ao ano anterior, que já havia sido um ano de grande expansão. Os compromissos que o Brasil acaba de assumir no encontro entre governantes das Américas, em Miami, apontam para uma área hemisférica de livre comércio em 2005, daqui a 10 anos apenas. O MERCOSUL funcionará como união aduaneira a partir de 1º de janeiro próximo. E os acordos de cooperação entre os países da América do Sul - o ALCSA - estão sendo rapidamente definidos. A integração ao mercado mundial supõe a manutenção da curva ascendente de nossas vendas externas. Eu queria aproveitar para transmitir ao Senado, agora que assisti recentemente a essa cúpula hemisférica, o meu sentimento até de uma certa ansiedade, por ver que o amanhã já começou e que, eventualmente, ainda não temos a consciência disseminada no nosso País do enorme esforço que teremos que empreender para que possamos efetivamente chegar a 2005 com condições efetivas, reais de competição. Daqui para frente, no entanto, nosso lema terá que ser claramente: exportar mais para importar mais. Não para continuar produzindo saldos comerciais gigantescos e acumulando reservas, além dos 43 bilhões de dólares que temos depositados nos bancos internacionais. Nas circunstâncias passadas, foi fundamental manter essas reservas elevadas. O Senador José Sarney, como Presidente da República, enfrentou dificuldades quase sem paralelo porque não tinha a estruturação política de que dispomos hoje. Ele sabe do valor estratégico da existência de saldos e divisas no montante que temos hoje. É o que nos dá os graus de liberdade, que permitiram ser o Brasil o único país a conseguir redefinir sua dívida externa, sem ter feito nenhuma carta de intenção do Fundo Monetário Internacional. Não há outro exemplo. Foi a maior negociação de dívida na história do capitalismo. E foi feita sem que houvesse a necessidade de monitorar a economia brasileira, porque dispúnhamos daquilo que era a condição necessária para decisões audaciosas, mas corretas, nessa renegociação, que eram as nossas reservas. Entretanto, já acumulamos essa massa de reservas. E hoje podemos entrar no desafio dessa nova etapa da economia internacional sem ter a preocupação - naturalmente tendo a preocupação de mantê-las - de ampliá-las, até porque o custo da sua manutenção, em termos de reais, é muito elevado. Exportar para importar: esta é a regra que deve presidir ao novo ciclo de crescimento. Importar equipamentos e insumos para acelerar a modernização e a expansão da indústria, da agricultura e dos serviços domésticos. Importar bens de consumo, sim, mantendo uma proteção tarifária moderada, para que os preços internos se aproximem dos preços internacionais, e os ganhos de produtividade já ocorridos e por ocorrer se transfiram, efetivamente, para o conjunto da sociedade. É muito importante ter claro que esse mecanismo permite que a sociedade, no seu conjunto se beneficie dos ganhos de produtividade, porque, se não tivermos a possibilidade de uma referência externa de preços, os ganhos de produtividade aumentarão ainda mais exponencialmente a concentração de renda, sem que disso se beneficie o conjunto da população. É assim que se combina crescimento e distribuição de renda nas economias capitalistas maduras. (CARDOSO, 2003, disponível no sítio <http://legis.senado.gov.br/prodasen>)

⁸ Destaco, neste ponto, a crucial necessidade, que a planetarização exige ajuste de longo prazo por meio de políticos que consigam colocar-se na condição de âncora político-cultural.

A discussão sobre a cultura que embasa as relações sociais hoje e que lhes confere a racionalidade histórica do momento atual deve considerar, necessariamente, pelos menos três amplos campos: a normatização institucional derivada do ordenamento jurídico do Estado moderno, sua organização específica que ali se origina, e a história específica das instituições da sociedade, bem como a cultura que orienta a economia, como claro está no discurso de FHC, sobre a expressão das categorias da planetarização do capital no Brasil. Trata-se da natureza das instituições que, como o próprio substantivo indica, contribui para a instituição da cultura e que realiza, em parte, o *pacto social* em determinado período histórico, produzindo em sua formação, aparentemente, o lugar privilegiado do *ethos público* no âmbito da sociedade civil.

Por outro lado, esta dimensão estatal/mercantil tem escamoteado a contraposição estatal/público X privado/mercantil. De acordo com Emir Sader, a esperteza da estratégia neoliberal consistiu em acentuar a suposta contraposição estatal-privado, em lugar da oposição real público-privado e, neste caso, em especial o pólo privado/mercantil⁹. Esse deslocamento seria extremamente favorável à estratégia neoliberal. Para que esta estratégia tenha êxito, demoniza-se *o estatal* como sendo o exclusivo reino da ineficiência, da burocracia, da corrupção, da opressão, da extorsão (de impostos) e da má prestação de serviços, e sacraliza-se *o privado* como sendo o reino exclusivo da liberdade, da criatividade, da imaginação e do dinamismo. Com esta contraposição, aparentemente correta, tira-se de cena um termo essencial, isto é, *o público*, tal como concebido por Locke.

A grande arma da estratégia neoliberal, segundo Sader, foi transformar um campo de disputa hegemônica, hoje “hegemonizado pelos interesses privados”, *o estatal*, num simples pólo de uma contraposição com o privado, que, por sua vez, não se constitui em exclusiva esfera dos indivíduos, mas o é também dos interesses mercantis, como tantas operações de privatização muito recentes, ditas de desestatização, o teriam demonstrado. A “universalização dos direitos”, conclui Sader, compõe a verdadeira essência do *público*, enquanto a “mercantilização do acesso ao que deveriam ser direitos: educação, saúde, habitação, saneamento básico, lazer, cultura”¹⁰, corresponde à essência do mercado ou do privado/mercantil.

As políticas públicas passam, no país e no exterior, por um processo de mercantilização ancorado na privatização/mercantilização do espaço público (processo que já se punha de forma embrionária desde os primórdios do capitalismo) e sob o impacto de teorias gerenciais próprias das empresas capitalistas imersas na suposta autonomia ou real heteronomia do mercado, hoje coordenado por organismos multilaterais a agirem em toda extensão do planeta. Quando titular do Ministério da Reforma do Estado e da Administração Federal (Mare), Bresser Pereira assim argumentava sobre a necessidade de uma “nova administração pública”:

A abordagem gerencial, também conhecida como “nova administração pública”, parte do reconhecimento de que os Estados democráticos contemporâneos não são simples instrumentos para garantir a propriedade e os contratos, mas formulam e implementam políticas públicas estratégicas para suas respectivas sociedades, tanto na área social quanto

⁹ Emir Sader, “Público versus mercantil”, Folha de S. Paulo (São Paulo, 19 jun. 2003), p. 3.

¹⁰ Idem, *ibidem*.

na área científica e tecnológica. E para isso é necessário que o Estado utilize práticas gerenciais modernas, sem perder de vista sua função eminentemente pública¹¹.

Depois de analisar os condicionantes históricos dos paradigmas de administração pública já existentes – o patrimonialista e o burocrático –, e de os criticar, Bresser Pereira assim se manifesta sobre o que propõe para a administração do aparelho de Estado em construção:

Como a administração pública burocrática vinha combater o patrimonialismo e foi implantada no século XIX, no momento em que a democracia dava seus primeiros passos, era natural que desconfiasse de tudo e de todos – dos políticos, dos funcionários, dos cidadãos. Já a administração gerencial, sem ser ingênua, parte do pressuposto de que já chegamos a um nível cultural e político em que o patrimonialismo está condenado, que o burocratismo está condenado, e que é possível desenvolver estratégias administrativas baseadas na delegação de autoridade e na cobrança *a posteriori* de resultados¹².

O propósito do então ministro Bresser Pereira torna-se explícito nessa lógica da reforma do Estado, tanto no que se refere às instituições já citadas, quanto em relação à esfera pública: trata-se de introduzir, na esfera social, mediante a construção de um *pacto social pragmático*, a racionalidade gerencial capitalista e privada, que se traduz na redução da esfera pública ou na expansão da privada, mas, sobretudo, na acentuação da dimensão estatal/mercantil (e privado/mercantil) com sua racionalidade organizativa.

É com base nessa análise da realidade que contextualiza as políticas públicas recentes, em especial das políticas sociais, e na reflexão exigida pela materialidade histórica que envolve tanto a contradição público-privado, quanto à dimensão central e mercantil do Estado Moderno, que se pode compreender melhor a racionalidade político-administrativa dos governos FHC e dos dois anos e meio do governo Lula. Este processo realizou-se nas esferas federal e municipal, no primeiro caso através do governo FHC e, no segundo, pelos governos do PT. Hoje, apresenta sua horrenda nudez sem mediação alguma, fato que já se anunciava oficialmente em 2002.

Isso posto, evidenciam a composição analítica até agora exposta a *Carta ao Povo Brasileiro*¹³, que se traduziu também pelo *Pacto pela Cidadania*¹⁴, no contexto atual

¹¹ Luiz Carlos Bresser Pereira, *Crise econômica e reforma do Estado no Brasil - para uma nova interpretação da América Latina* (São Paulo, Editora 34, 1996, p. 7).

¹² *Idem*, p. 272.

¹³ Este documento, datado de 22/07/2002, contendo dez compromissos básicos do futuro governo Lula, romperia com o programa partidário debatido no último congresso do partido em Olinda (dezembro de 2001) e inauguraria "uma perspectiva mais técnica da condução da política econômica, objetivando a criação de um ambiente seguro para os investimentos produtivos. Não há, assim, qualquer sugestão de alteração profunda da estrutura produtiva, o que inclui a estrutura fundiária do País, a adoção de impostos progressivos, discriminação dos investimentos públicos a partir de critérios sociais. [...] Em suma, teria nascido um novo paradigma econômico petista (ou lulista) a partir de então" (Ricci, 2005). Nessa Carta, alguns compromissos se destacam: a) plano de governo que se sustente na redução da vulnerabilidade externa, em reformas estruturais (tributária, agrária, previdenciária, trabalhista), no combate à fome, à insegurança pública e ao déficit habitacional; b) governabilidade via coalizão nacional, que implica em processo exaustivo de negociação, alianças, pacto social e crescimento com estabilidade; c) respeito aos contratos e obrigações do país, não ao calote na dívida externa e política austera de controle do endividamento público; d) segurança dos investidores não-especulativos; e) controle inflacionário; f) equilíbrio fiscal; g) superávit primário, visando capacidade de honrar compromissos. Para maiores detalhes, ver Rudá Ricci, "Lulismo: três discursos e um estilo", *Espaço Acadêmico*, n. 45, fev.

da planetarização de relações públicas e privadas, com fortalecimento do pólo privado da contradição – que se dá especialmente pelo deslocamento do capital para esferas outrora organizadas, ainda que parcialmente segundo a lógica pública –, contexto em que se intensifica a dimensão estatal mercantil própria do Estado moderno. Portanto, além de tais cuidados, a análise das políticas sociais deve ser feita integrada a (e como decorrência de) outras realidades ou medidas que reorganizam a nova forma histórica do Brasil, tais como a atual reestruturação produtiva, a presença do *terceiro setor*, a nova política econômica e a cultura política que dá sustentação ao que tem sido alardeado como *pacto social*, além da reforma do Estado, das leis da parceria público-privada, dos fundos setoriais, da inovação tecnológica.

É exatamente assim que a planetarização cultural se expressa no Brasil por meio da criação da nova institucionalidade produzida a *conta-gotas*, que se tornou a herança para Lula e o engessa, além de colocar o foco num governo, que **fora** de esquerda. A *Carta ao Povo Brasileiro* e a *Proposta de um Pacto Social* pragmático mostram claramente o quanto isso é no mínimo uma verdade.

Destacam-se assim, dois processos ideológicos a da identificação do Estado com público e outro protagonizado pela imprensa privada e pública brasileira – o melhor partido de direita no Brasil – insiste em pôr o foco nas legítimas críticas feitas ao governo Lula e ao Partido dos Trabalhadores (PT), e se esquece de apresentar questões que possam deslocar o foco para a saída de nossa crise, num contexto de representação social, no qual toda a sociedade frustra-se e intelectuais e jornalistas produzem a *Cultura do Medo*. Medo de um regime político mais duro com apoio das forças armadas. Este quadro é produzido por esses agentes citados, que terão grande influência na proposta da lei de Reforma da Educação Superior, e obscurecem as alternativas da esquerda brasileira e facilitando o pensamento de direito sedento de ganhar as ruas como em 1964, como a famosa *Marcha da Família em Favor da Propriedade Privada*, com o apoio dos militares. A coragem para produzir a contradição entre a *Cultura do Medo* e a *Busca da Liberdade* deve ser assumida por nós a brigar por uma educação superior autônoma, desvinculada do mercado, sem, contudo, contribuir para o crescimento econômico e a produção de um pacto social conforme a planetarização.

Mas ao mesmo tempo, deve ser o *LUGAR PRIVILEGIADO DA CRÍTICA INSTITUCIONAL DE SEU TEMPO HISTÓRICO*, especialmente de seus próprios objetivos. Lugar da dúvida e da discussão e debate das idéias, sem desqualificação pessoal. E, jamais, lugar da fé e do dogma consagrado, cuja instituição para este fim é a igreja, a primeira *Organização Não Governamental* da modernidade. Antes

2005. (Disponível em www.espacoacademico.com.br/045/45ricci.htm, acesso em 6 fev. 2005, (SILVA JR; SGUISSARDI, 2005, nota bibliográfica 1, p.7)

¹⁴ “No momento em que o pacto social volta à agenda do País, recordo-me da viagem que organizei para Israel, em 1997, pelo PNBE (Pensamento das Bases Empresariais). Reunimos, de forma absolutamente inimaginável para a época, dez empresários, o presidente e o secretário-geral da CUT, Jair Meneguelli e Gilmar Carneiro, e Luiz Antônio de Medeiros, presidente de uma central sindical rival. Fomos para conhecer o pacto social israelense que acabou com a inflação de 30% ao mês. Lembro-me do papel fundamental de Lula, que, apostando desde aquela época na construção de um pacto social, empenhou-se comigo para quebrar resistências e preconceitos. [...]. Portanto, quando falamos de pacto social, falamos de um processo permanente que envolve toda a sociedade numa série de negociações e acordos sobre diversos assuntos que interessam à comunidade” – Oded Grajew, “Um pacto pela cidadania”, Folha de S. Paulo, “Tendências e Debates”, São Paulo, p. A3, 12 nov. 2002.

porém é preciso apresentar outros atores sociais para completar nosso *décor*. O principal deles, que expressa o pensamento que orientou todo o processo da construção do atual *Ordenamento Jurídico para Educação Superior* encontra-se dentro da Universidade de São Paulo: o ativo Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior (NUPES), agora, extinto depois de ter feito com muita competência seu papel.

Deixando de existir a Lei de Reforma da Educação Superior, com sua maior influência neste intelectual orgânico e coletivo perde paternidade e se apresenta como resultado de discussão democrática levada a bom termo pela *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência* (SBPC), tendo como presidente o competente pesquisador internacional e melhor político, Professor Ênnio Candotti. Esta associação de passado honroso põe-se como correia transportadora das propostas do governo Lula para a comunidade científica brasileira, legitimando-a e sendo ponto de apoio teórico, mas operacional, tal qual o NUPES, porém sem a necessidade de produção teórica para formulação das políticas públicas para a educação superior.

Por outro lado, se a SBPC conseguiu aparentes avanços na terceira versão do anteprojeto de Lei da reforma da educação Superior e mais o aproximou numa primeira análise do programa de governo democraticamente produzido nos primórdios dos anos 2000, comprou uma contenda com o setor privado da educação superior, mais organizado e com poder econômico e político superior ao da SBPC. Na proposta, que aí se encontra muito há das sugestões da SBPC feitas desde 23 de janeiro até meados de agosto, com muitas reuniões com a participação do Ministro Fernando Haddad, das quais participei de todas e que em função da contenda ainda em potência, vinha Haddad solicitar aos representantes da comunidade brasileira uma aliança com a mediação da SBPC. Tensas reuniões. Porque? A comunidade científica brasileira em geral parece não entender como produção de conhecimento o que faz o setor privado, para a grande maioria o que é produzido neste setor não passa de mercadoria. Eis a questão que leva governo e a “comunidade científica brasileira” aproximarem-se de uma questão política que ainda não se pôs concretamente, está em estado de latência.

Nesse movimento o que está em jogo é um sistema dual como na educação secundária; as universidades públicas para as elites e as privadas, sem jamais poder gozar do mesmo *status* das públicas, para a massa, que compra sua forma de ser num contexto social perverso nas universidades privadas, que, seriam de segunda categoria. Em reuniões chegaram a comentar até em nominalismo como é o caso da França, onde existem *Universités*, *Grands Écoles* e *Les Écoles des Hauts Études*. Uma IES privada, nestes termos, somente seria considerada com *status* da primeira instituição, e pelo que pude debater na reunião, as empresas educacionais seriam seriamente estigmatizadas como de baixa qualidade por não ter a densidade histórica de pesquisa como a teria a Universidade de São Paulo, por exemplo.

Com o objetivo de manter ou produzir a referida hierarquia, o governo aliado com a grande maioria do setor público buscaria brechar o setor privado com a estratégia da avaliação dos alunos e da instituição, a que chamam empresas, bem mais apertada, bem como no credenciamento e na passagem, por exemplo, de Centro Universitário à Universidade. A planetarização trouxe para os Estados nacionais, em particular

para a educação superior, a *cultura do medo*. Quando, exigir-se-ia, algo como quatro doutorados e igual ou maior número de mestrados.

Ao lado disto, teríamos uma política de homogeneização da qualidade do sistema federal e das redes estaduais da educação superior pública com financiamento também público mediante cooperação e assessoria dos grandes centros do eixo Rio de Janeiro/São Paulo. Parece que São Paulo quer construir a hegemonia por meio da formação da elite brasileira com sede no que seria a Atenas brasileira: Universidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Destaco ainda que se tudo vier a realizar-se, total ou parcialmente, ainda há muitas críticas a serem feitas. Conseqüências dessa racionalidade tendencial são muitas, mas poderíamos destacar as mais interferentes na formação dos intelectuais brasileiros. Do exposto não é difícil observar: 1) um processo de homogeneização da produção científica no que se refere aos campos teóricos metodológicos, aos temas que tendem a ser priorizados nos financiamentos; 2) nesse processo de homogeneização sob direção dos centros mais consolidados, haverá uma hierarquização de áreas do conhecimento e de instituições; 3) decorrente de tal tendência, pode-se vislumbrar uma outra: a maioria da produção crítica das ciências humanas e não aplicável de forma imediata será produzida por intelectuais formados nas instituições públicas, que poderão migrar para o setor privado, principalmente se vierem a se concretizar as medidas que se encontram nos baús dos gestores públicos do país e na iminência de uma reforma previdenciária, que aviltaria os direitos desses trabalhadores; 4) dos itens “1” e “2” pode-se depreender a enorme diferenciação institucional que poderá se realizar, dada a hierarquização no interior de uma homogeneização; 5) a maior parte do financiamento ficaria com os centros consolidados, aumentando a dependência dos novos cursos ou cursos de regiões fora do sudeste brasileiro; 6) ainda que indiretamente em função das normas do Programa de Qualificação Interinstitucional (PQI), no caso da pós-graduação, ou de outro programa com orientação semelhante, a avaliação torna-se o instrumento fundamental para a implantação de um tipo de capacitação orientada pelos velhos catedráticos e 7) a prestação de serviços ganhará um grande estímulo com os mestrados profissionais.

Diante de tais características, que se apresentam como tendências para a pós-graduação e a graduação, as IES movimentar-se-ão no sentido de organizarem-se nesses centros, seguindo o figurino dos consolidados. Por outro lado, a cobrança da avaliação direcionada, como vimos, obrigará os alunos e docentes a serem produtivos e rápidos, impedindo-lhes desfrutar da cultura político-institucional do momento de sua titulação no contexto da apropriação da cultura da educação superior. Produzindo uma antecipação da perda na forma de uma ansiedade antecipada. Eventualmente, por isso, não temos visto o mesmo grau de organização das associações de alunos de pós-graduação e movimento estudantil como na década de 1980 ou mesmo no início da de 1990.

Do ponto de vista docente, muda pouco, posto que, na avaliação do programa ou curso, ele deverá estar desenvolvendo pesquisa e publicando em periódicos determinados para que seu programa ou curso seja bem avaliado, impedindo, muitas vezes, que o pesquisador possa dedicar-se a um estudo de longa duração sem os produtos parciais requeridos pelo modelo de avaliação.

Isso traz para os programas e cursos de educação superior por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional (peça fundamental para a avaliação de uma universidade) em geral um paradigma de gestão pragmático assim como a ciência produzida pelos docentes e discentes também poderá orientar-se pelo mesmo paradigma, portanto a antecipação da frustração e a intensidade da ansiedade ganham traços novos nas práticas dos professores na educação superior, produzindo o que chamam de a *cultura do medo*.

Há a necessidade de cortes e recortes nos objetos de estudos e o estreitamento da reflexão que orientará suas análises, para viabilizar a pesquisa no tempo cronológico determinado para uma boa avaliação, ou, deveria dizer uma boa nota, por tratar-se de medição e não de avaliação para correção de rotas institucionais realizadas de forma democrática e jamais como instrumento de pesquisa. Essa é a situação da educação superior brasileira em potência e em ato realizado.

Já a pós-graduação tornou-se o *locus* privilegiado da produção da inovação tecnológica, das incubadoras de empresas, do desenvolvimento de parques de alta tecnologia, da produção de estratégias de inclusão social, da produção de pedagogias adaptativas e instrumentais, e, da formação de intelectuais que configuram e reconfiguram os espaços público e privado com o objetivo de consolidar a nova forma de regulação social, aqui aludida no início do texto pelo duplo processo ideológico. Neste processo de reprodução alienada na cotidianidade, a indivisibilidade humana é ameaçada, pois busca-se sua divisibilidade pelas atuais reformas.

Em acréscimo, no *ethos* da pós-graduação é produzida a limitação do horizonte de possibilidades da reflexão do ser humano reduzido pelo pragmatismo ao imediato e à predominância do gnosiológico, contrapondo-se, tal como freio epistemológico, à reflexão. Penso que a planetarização da cultura certamente levará a isso se este anteprojeto for ao Congresso e for aprovado, ainda que com algumas mudanças.

Por outro lado, é necessário destacar as propostas no âmbito sindical no contexto da racionalidade da governança de Lula. Qual a base teórica a partir da qual se pode antever se provada a terceira versão do anteprojeto? A resposta é simples: a construção teórica do extinto NUPES, na inteligente estratégia política como relatamos anteriormente, deixando a paternidade das orientações teóricas da terceira versão do anteprojeto da Lei da Reforma da educação Superior Brasileira nas mãos da *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, com seus bônus, mas, sobretudo com seus ônus. Assim, sem pretender uma análise detida do anteprojeto, que sob minha hipótese, será desmontado já na Câmara dos Deputados, mostro o que pretendia o governo FHC-LULA sobre a Educação Superior. O resultado dependerá da correlação de forças produzida pelo setor privado, de um lado, e o poder executivo, de outro e seu trabalho de alianças por meio do Ministro da Educação juntamente com setores da comunidade científica ancorada no setor público. Há uma questão que entendo muito relevante sobre a qual devo levantar a hipótese ou, com convicção a sobre a hierarquia das reformas. A primeira reforma não poderia ser outra salvo a do Estado, para salvaguardar os Três Poderes da República, a Instituição República, mas também produzir a matriz teórica, política e ideológica. Eu diria no caso de FHC e LULA, como era necessário a produção da matriz e sua prática no curso da produção de uma nova institucionalidade, seria necessário desde logo o fortalecimento do governo junto à

massa desorganizada ou organizada de forma privada por meio das ONGs e do Terceiro Setor, o que é a mesma coisa no âmbito político, a transformação de um Estado Gestor e Caritativo. Predominou do trinômio, ao político, ainda que nos outros monômios, bons especialistas se esmeraram consolidar em suas áreas a nossa matriz política.

No entanto, no caso de Lula era fundamental uma forte presença de excelentes intelectuais para, em função do engessamento institucional e segundo o figurino da política econômica que teria continuidade, mas parece que isso não se deu tão bem. Salvo no Ministério da Fazenda, infelizmente, porque ou tudo já se tinha feito ou bastaria fazer a lição de casa, pois tudo nesta área já estava formulado.

O que escrevi no parágrafo anterior articulada com as reflexões sobre o *Word Bank* nos permite fazer a circunscrição de nossa preocupação à educação superior no processo de planetarização. Escreve Sguissardi:

Sem pretender maior precisão, pode-se indicar que esse debate, no que concerne especificamente ao ensino superior, tem início mais evidente na década de 1980. Em documento de 1986, intitulado *Financing education in developing countries – An exploration of policy options* (WB, 1986), o Banco Mundial defende de forma exaustiva a famosa tese do maior retorno social e individual dos investimentos em educação básica que o dos investimentos em educação superior. Aliás, essa tese irá sofrer uma atualização revisora do Banco em 2000, dessa vez em documento oficialmente elaborado em parceria com a UNESCO e que se intitula *Higher education in developing countries: peril and promise* (WB, 2000), que será comentado mais adiante. (SGUISSARDI, 2005, p. 5).

Sabe-se agora, como muito bem mostra no excelente artigo escrito sob encomenda por Valdemar Sguissardi (2005) para a UNESCO, que o documento citado preparava a iniciativa planetária para os países específicos como o Brasil na reorganização da educação superior sob reformas, como hoje vemos claramente no movimento dos agentes e no anteprojeto da Lei de Reforma de Educação Superior.

Primeiro, tomá-la como mercadoria e fortalecer o setor privado, sob forte e draconiana legislação e gestão deste nível educacional. Outrossim, face ao que escrevi sobre os intelectuais no governo, ainda que não de forma explícita, é compreensível porque que a reforma ainda que a conta gotas imediatamente a do Estado sem que as tarefas podem não ser feitas e em acréscimo, a ciência pragmática como já citamos, legítima, de forma perversa, as políticas assumindo para si a autoridade sobre a história e sobre o autogoverno do sujeito. Viva a miséria humana e a pobre ovelha Dolly, que já nasceu velha, como muitos de nossos colegas já nasceram espertos.

Esta última dimensão deste último documento faz-se presente no nosso cotidiano e deixamos passar despercebida. Os formuladores da reforma educacional adeptos ao ajuste e à criação do novo ser social, que a sua vez construiu o necessário pacto social da planetarização, são originários das melhores universidades brasileiras já reformadas na direção profissional, heterônoma e, sobretudo, pragmática.

Veja-se, por exemplo, uma aparente medida pontual no âmbito do CNPq, por exemplo que busca classificar a educação dentro da Grande Área das Humanidades Aplicadas, especificamente dentro da subárea Ciências Sociais Aplicadas, isto, como já apontamos em outro escrito, não é uma medida pontual, mas parte das

reformas com a direção que se aponta no texto. Por outro lado, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, com destaque para o *Grupo de Trabalho de Políticas de Educação Superior* têm resistido a esta classificação e a Profa. Dra. Elza Garrido está encaminhando proposta da ANPEd contra tal iniciativa.

Há uma capilarização do processo mercantil desde a educação infantil até a indução à pesquisa, passando com muita relevância pela reforma da educação superior, que organiza o campo escolar e o legítima, sem que isso lhe possa ser de sua alçada.

Neste caso, é importante perguntar quem elaborou os PCNs? Quem produziu a hegemonia do Construtivismo como a *Vaca Sagrada* das teorias pedagógicas da reforma do ensino fundamental? Quem busca mudar o paradigma da educação brasileira por meio da educação a distância e elege o cognitivismo como outra *Vaca Sagrada*, para abrir espaço na esfera educacional ao capital industrial, mercantilizando-a ainda mais, ameaçando a generalidade do ser humano e sua indivisibilidade? Isso tudo com base na universalização do capitalismo e sua brutal influência na educação brasileira.

NUPES: O CAMPO TEMÁTICO E TEÓRICO METODOLÓGICO E SEU PROJETO POLÍTICO PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

Palharini (1998) procura analisar os projetos de pesquisa em andamento no NUPES e os eventos nacionais e internacionais, mostrando as orientações e os objetivos da produção acadêmica do Núcleo, bem como sua relação com o campo político à época de sua fundação em 1989 e da sua transformação na estrutura NAP (núcleos de apoio à pesquisa) da USP. Destaca-se, que essa forma organizativa é diretamente ligada à reitoria, passando ao largo dos departamentos, faculdades e institutos daquela universidade. Isso parece indicar um alto grau de autonomia do NUPES, ao mesmo tempo, uma relação direta com a reitoria e com o governador do Estado de São Paulo, ainda que respeitada a autonomia universitária, posto que muitos outros núcleos organizados conforme a estrutura NAP tem feito trabalho diametralmente oposto ao do NUPES.

O autor de quem fazemos uso de seu estudo descreve os vários projetos e eventos, bem como os principais pesquisadores (Simon Schwartzman, Eunice Ribeiro Durhan e Maria Helena Magalhães Castro), que juntos no período em que analisou a produção do NUPES, observou de forma destacada, que eles eram responsáveis por mais de 50% do Núcleo. Por outro lado deixa explícita a inserção desses intelectuais no campo político:

Ao final de 1989, Fernando Collor de Mello é eleito Presidente da República do Brasil e convida a ocupar a pasta do Ministério da Educação José Goldemberg, Reitor da USP que havia, por meio de portaria do ano anterior dado existência ao NUPES. Acompanha-o nessa empreitada, Eunice Ribeiro Durhan, que vem a ocupar a Secretaria do Ensino Superior e, logo após, cumulativamente, a Fundação CAPES. No Governo Fernando Henrique Cardoso, estando à frente do MEC o Ministro Paulo Renato, Eunice Ribeiro Durhan passa a ocupar a Secretaria de Política Educacional, da qual se afastou, nessa mesma gestão, para assumir a condição de membro da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE). Destaca-se também a participação em comissões e assessorias junto ao MEC de Simon Schwartzman [em 1998], presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), Maria Helena M. Castro, Jacques Schwartzman, Sérgio Costa Ribeiro, Elisa Wllnec, Cláudio Neiva, todos pesquisadores associados ao NUPES (Palharini, 1998, p.101).

Diante do exposto até então é possível inferir, ao menos, que o NUPES foi criado com características e objetivos claramente relacionados com um projeto político nacional para o Brasil guiados por intelectuais que buscavam orientar de determinada forma os rumos do país. A produção acadêmica, de pronto tornava-se a base para a elaboração das políticas que viriam desenhar o campo educacional desse nível de ensino como se pode observar mais recentemente na reconfiguração da educação superior e em outras produções do NUPES, que se analisará mais à frente. Destaca-se, ainda, que o projeto político em produção desde a primeira campanha de FHC à presidência da república orientou a produção de um campo metodológico e temático que deu identidade acadêmica e política ao privilegiado Núcleo. Dessa análise, Palharini destaca o que chamou de “eixos norteadores” da produção do Núcleo, ainda que alerte para o fato “de uma produção oriunda de diferentes autores implica o risco de atribuir a alguns aquilo que é hegemônico do discurso de outros. ”Por outro lado, é importante observar que os autores cujas obras orientam os principais pesquisadores do NUPES são em sua grande maioria estrangeiros e ligados a uma tradução de Weber por autores adeptos do Parsonismo¹⁵, mas que mantém relação orgânica, ainda que reducionista com o vasto trabalho de Joseph Ben-David, grande inspirador de Simon Schwartzman, como ele próprio parece admitir em diversas referências.

D’outra parte, vale dizer, que são raros os autores brasileiros, que aparecem nos textos do final da década de noventa, porém, lidos por serem interlocutores críticos do novo desenho da educação superior brasileira, e, aparecem mais na obra da geração de pesquisadores formada pelos principais pesquisadores do Núcleo, no âmbito do próprio NUPES.

Os “eixos norteadores” consistiriam no campo temático complementado com “a carne da história”, que o constrangia. São eles:

1) “Em primeiro lugar, observa-se uma tendência a tomar as universidades estaduais paulistas como referencial de análise, embora o destinatário dessa análise tenda a ser o Sistema Federal de Ensino Superior”. (Palharini, 1998, p.106).

Observa-se, aqui, um traço cultural que funda a institucionalidade da USP desde sua origem e se põe também para o NUPES. Diante dos objetivos de tomada de poder pelos paulistas depois de fracassada a tentativa da década de 1930, Armando de Salles Oliveira, por meio do decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934, Interventor Federal do Estado de São Paulo, criava a USP. Dizia ele, que agora dispomos “[...] de instrumento do qual se prepararão as nossas elites dirigentes. Daqui continuarão a sair [...] homens que se destinam ao exercício da inteligência aplicada e que constituirão, sobretudo, os grupos de profissionais e do funcionalismo.[...]. Continuava ele dizendo que tencionava fazer nascer [...] um verdadeiro cérebro, integrando a ciência e a técnica, para forjar uma elite intelectual capaz de orientar todas as classes sociais [...]. Acrescentava, por fim, [...] a Universidade de São Paulo é a primeira semente do Brasil novo” (Campos, 1954 e Fávero, 1980).

2) [Os] “[...] seus principais autores partem da compreensão de mudança que se verificam no cenário econômico internacional, o grau de desenvolvimento econômico tende a definir a posição que cada país, nesse cenário, vai ocupar.[...]. E, dessa forma, [...] considera imprescindível a constituição de modernas estruturas científicas que contribuam para modernizar a economia brasileira.[...]. Assim, de tal [...] modernização econômica derivar-se-ia, então, a melhoria das condições da vida da população[...]. Completando as orientações ideológicas da criação do campo acadêmico e de um projeto político para o Brasil, Palharini

¹⁵ (...) a razão política da preeminência de Weber reside em ter sido um dos autores que serviu de base européia para o lançamento do funcionalismo norte-americano, teoria sociológica predominante no mundo depois da II Guerra Mundial até meados do anos 1960. Do enorme magma de conhecimentos weberianos, os funcionalistas tomaram os que lhes eram mais favoráveis para o seu propósito de construir uma teoria universal. (Marsal, 2002, p.13).

depreende dos textos lidos sobre [...] a importância de um projeto de desenvolvimento que leve em consideração a necessidade de se buscar autonomia tecnológica, especialmente nas áreas de ponta.[...]. Vale destacar, a título de lembrança os supostos das diretrizes curriculares para os cursos de graduação ancorados na polissêmica noção de competência, da Lei de Inovação, em trâmite no Congresso Nacional até a legislatura passada, bem como os Fundos Setoriais, que privilegiam centradamente tal “eixo norteador”. Ou ainda, a criação de “centros de excelência” na educação superior, que além de privilegiar o eixo número dois, também sustenta-se na velha crítica ao modelo humboldtiano de universidade, defendendo com isso a diferenciação das instituições de educação superior entre “universidades de ensino” e “universidades de pesquisa” (idem, p.107).

3) Ainda no plano geral, enfatiza a significativa expansão dos sistemas de ensino, e postula que a tendência atual é, cada vez mais, de ampliação da demanda pelo ensino superior”, Ainda, “em decorrência da **crise do Estado**, verifica-se uma forte contração nos investimentos no ensino superior e em pesquisa, além de existirem limitações constitucionais para os gastos com educação (idem, p.107).

Tais “eixos norteadores” parecem orientar um projeto político para o país, que o insira na universalização do capitalismo por meio da linear relação tão defendida por aqueles que vêem na educação a centralidade para a emancipação humana, isto é, desenvolvimento científico, aplicação tecnológica e o dinamismo por meio da inovação tecnológica. Do que decorreria a necessidade de um cidadão trabalhador, cientista, e, toda sorte de profissionais, que fossem competentes para tornarem-se empregáveis e capazes de resolverem problemas, sem questionar a razão da emergência de tais problemas na esfera social e do trabalho. Um novo ser social, que tem na categoria profissionalização todo espaço de mediação entre ele e a sociedade, e, entre a sociedade e o Estado: a sociedade puramente epistêmica. Acrescente-se a crítica ao Estado travestida de uma crise e a necessidade da limitação dos gastos com a educação, sugerindo a diversificação de fontes de financiamento com o ensino superior e sua aproximação com a prestação de serviços. Finaliza Palharini:

(...) tratar-se-ia, na concepção do NUPES, de se buscar uma maior eficiência na utilização dos recursos que estão disponíveis. Para tal, procura estimular a constituição de uma universidade racional. Inclusive porque constataria uma utilização irracional dos recursos por parte das IFES, em vários níveis, em especial no que se refere a distorções da carreira; à concessão indiscriminada do regime de dedicação exclusiva, como forma de compensação salarial; a privilégios corporativos; e à isonomia entre ativos e inativos, etc. Em decorrência, propõe-se um modelo centrado fundamentalmente na autonomia de gestão financeira, administrativa e pedagógica, a exemplo das estaduais paulistas. A autonomia universitária, portanto, é tratada como subordinada aos resultados do processo de avaliação a ser adotado. (Palharini, 1998, p.108).

As diversas conclusões a que chegamos por meio da leitura do texto já referido parte da primeira coletânea ancorada no Banco de Dados *Universitas/Br*, ganha em clareza e consolida a hipótese produzida sobre o NUPES, quando se analisa os Documentos de Trabalho (DT) a partir de 1995. Tomamos como orientação o campo temático e o campo teórico metodológico para escolhermos os DTs mais significativos para nossa reflexão. Destaca-se que a partir de 1995, primeiro ano de mandato de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República do Brasil, os temas *ensino privado, pós-graduação, pesquisa na universidade pública*, bem como, *organização acadêmica e gestão* acentuam-se no rol de preocupações temáticas do NUPES, antecipando os diversos decretos e a própria Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, que viriam conformar as “novas faces da educação superior no Brasil”, no contexto de mercantilização das esferas sociais com destaque para a educação superior, no agora complexo espaço social, no qual a diferenciação entre as instituições públicas, privadas *stricto sensu* e comunitárias acirrou-se em face da

acentuação da concorrência e do enorme mercado em que viera a se tornar a educação superior, tanto para o capital industrial, como para o de serviços, além do capital nacional e do internacional. A educação superior tornou-se tema de debate tenso na Organização Mundial de Comércio e em outros organismos de mesma natureza.

No DT 7/97, intitulado *As Políticas Recentes para o Ensino Superior na América Latina*, de autoria da então coordenadora do NUPES Professora Eunice Ribeiro Durhan, as preocupações em localizar o Brasil no processo de universalização do capitalismo, por meio de mudanças no complexo espaço social da educação superior, surgem neste texto por meio de uma análise comparativa das políticas para educação superior na América Latina, como um instrumento para legitimar a normatização em curso para esse nível de ensino. Neste DT, Durhan parece querer fazer a crítica ao modelo único de universidade, o que segundo ela, estaria acontecendo em todos os países pesquisados (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México). Argumenta, que “os governos estão tentando superar as limitações do modelo de ensino superior vigente e enfrentar os novos problemas e tendências que ocorreram, em grande parte, à revelia das políticas anteriores” (p.12).

No cerne sua crítica encontra-se as relações entre o setor público e sua relação com o Estado, essas deveriam alterar-se de forma profunda, “substituindo o sistema altamente centralizado e burocrático de controles governamentais associado ao financiamento incremental”. Mantém a postura teórica do NUPES, como ressaltado anteriormente, afirmando, que tais ações deveriam ser realizadas articuladas com a “contenção dos gastos públicos, [com a] descentralização administrativa” e com a “introdução de processos de avaliação”. Em seguida à análise afirmativa sobre os países analisados da América Latina, espelha-se nos países cênicos. “A tendência é a mesma que se observa nos países desenvolvidos onde o ensino superior é financiado e controlado diretamente pelo Estado, como na Europa, (...) com a emergência do Estado avaliador” (p.13). Por fim arremata:

No conjunto, as reformas que estão sendo propostas contemplam uma série de medidas cujo espectro máximo envolveria:

- 1) Cobrança de anuidades como forma de captação de poupança privada para complementar as necessidades de financiamento do sistema;
- 2) Limitação de matrículas no setor público;
- 3) Implantação de mecanismos de avaliação da qualidade do ensino e produção científica;
- 4) Associação do financiamento à fixação de metas e/ou à alguma forma de avaliação de desempenho;
- 5) Descentralização do sistema com simplificação dos controles burocráticos e concessão de maior autonomia administrativa às instituições. (p.13).

É interessante observar o que estaria nas entrelinhas da Professora Emérita da USP. Primeiro ela aceita um Estado avaliador diário, com contenção de gastos públicos com a educação e a cobrança de anuidades, para em seguida afirmar uma descentralização, que possibilitaria uma maior autonomia às instituições. Qual descentralização e qual autonomia pretende Durhan para as instituições? Trata-se, ao que parece, de descentralizar o que fora centralizado pelo Estado, avaliar se as instituições cumprem suas metas, contingenciar as verbas públicas à avaliação e induzir ações das instituições para completar seus orçamentos. Isso pode ser chamado de uma privatização controlada pelo Estado, mais, uma mercantilização das instituições, produzindo uma nova cultura institucional preme de valores do mercado. São instituições que se organizariam e se estruturariam tendo o trabalho

abstrato e socialmente necessário como eixo central, ou seja, é a indução do processo de realização do *ethos* institucional mercantil.

No DT 8/96, intitulado *A Pós-Graduação no Brasil – Problemas e Perspectivas*, de autoria de Durhan, então da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – MEC e Pesquisadora do NUPES, pode-se antecipar o que seriam as mudanças no sistema de avaliação da Capes. A autora parte do suposto de que o sistema de pós-graduação brasileiro é formulado e posto em prática pelo Estado, “mas que sofre deformações profundas que ora enriquecem, ora empobrecem as determinações dos planejadores”. Tais deformações teriam levado a três aspectos marcantes na evolução dos estudos pós-graduados no país. Um primeiro refere-se a estreita relação entre pesquisa e pós-graduação, o que teria levado à inversão do processo de criação dos programas de pós-graduação. “Para os docentes, a criação de um curso de pós-graduação passa a ser vista como um pré-requisito para a constituição de um núcleo de pesquisa e não, como seria desejável, uma das suas conseqüências” (p.15).

Outro aspecto da pós-graduação que distorcera a educação superior como um todo consistiria no fato das instituições envidarem seus melhores esforços na criação de pós-graduação *stricto sensu*, o que teria acarretado uma desvalorização do *lato-sensu* e da iniciação científica, conseqüentemente da própria graduação. Por outro lado, essa questão teria levado à duas outras conseqüências: a) a definição do que fosse uma dissertação, que em geral aproximava-se de um doutorado, para que o curso de mestrado se consolidasse, com o fito da abertura do doutorado e b) a ênfase na formação para pesquisa científica e tecnológica para todo o sistema de ensino superior no Brasil. Articulando tais aspectos próprios da pós-graduação brasileira, poder-se-ia concluir que esse nível da educação superior teria concorrido para acentuação da diferenciação institucional e regional no país. “A maior parte do alunado e das titulações está localizada em pouco mais de meia dúzia de instituições, concentradas na região sudeste, refletindo a heterogeneidade do ensino superior”, e, que segundo a autora, “permanece oculta nos embates ideológicos entre instituições públicas e privadas ou é escamoteada pelos interesses corporativos das universidades federais” (p.16).

Sem embargo as procedentes críticas aos aspectos citados por Durhan, sua conclusão leva água para uma crítica ferrenha ao debate ideológico entre o público e o privado, como que a defender o segundo setor. Por outro lado, de forma muito inteligente dá força ao argumento para ações em prol da diferenciação institucional já existentes e para uma mudança/restrrição da abertura de programas de pós-graduação, segundo modelo de avaliação atualmente vigente na Capes, que hoje bem conhecemos, e, que segue o ideário da produção acadêmica do NUPES como se pode ao menos inferir na análise do DT anterior. Apesar de tal análise, no DT 09/98, Durhan afirmará sobre a pesquisa na universidade pública, ratificando o ideário do NUPES:

O custo do ensino superior público no Brasil hoje, é demasiado elevado para a qualidade que possui e o atendimento que fornece. É absolutamente essencial tornar o (sic) mais eficiente e de melhor qualidade, democratizando o acesso da população jovem ao ensino superior pela ampliação das matrículas nas instituições públicas, diversificação dos cursos oferecidos e pela introdução de cursos noturnos. Uma ação nesse sentido é essencial para legitimar e prestigiar a universidade perante a opinião pública, justificando o investimento de recursos públicos na educação superior. A mesma política de desregulamentação burocrática, autonomia de gestão e controle da qualidade do desempenho deve orientar a ação do Estado

face às instituições privadas. Neste caso, o mecanismo de credenciamento periódico através de avaliações deve ser estabelecido. Avaliações desse tipo, quando tornadas públicas, orientam os **consumidores** e favorecem decididamente as melhores instituições do país em detrimento das piores. (p. 34, grifo meu).

Conclui argumentando sobre a viabilidade desses instrumentos para melhoria da docência, pesquisa e extensão, posto já existirem, ainda que de forma fragmentada, “no conjunto do sistema de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia”. A novidade residiria tão somente em integrá-los de forma sistematizada e orientada pelo ideário já delineado pelos pesquisadores do NUPES e há anos gestores de políticas públicas para a educação superior e para a ciência e tecnologia.

Do que se expôs até este ponto do texto por meio da incorporação do texto de Palharini (resultado de sua investigação da produção do NUPES desde sua fundação até 1995), e, a análise dos principais documentos de trabalho até 2000, como ampliação e detalhamento da análise documental, pode-se ratificar o que Palharini apontava em seu texto de 1998, bem como tornar mais explícitos os “eixos norteadores” da produção acadêmica e o projeto político do NUPES.

Um primeiro aspecto que se põe em destaque é a ratificação do que já se observava em 1998, isto é, a produção do Núcleo é sempre focada no Brasil, mas contextualizada nas mudanças estruturais em curso no capitalismo mundial. Em acréscimo, tal contexto serve de base para as orientações da produção do referido órgão, bem como para os gestores públicos, especialmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso. Destaca-se, ainda, que tal produção é parcialmente referenciada na realidade da América Latina e tem ancorado suas análises e proposições sobre as reformas em curso, especialmente a partir da segunda metade da década de 1990.

Outro traço distintivo da produção do NUPES é a equação, que parece também ter orientado a criação da USP em 1934: a centralidade da ciência, da educação e da tecnologia para o desenvolvimento do país e o bem estar do cidadão. O desenvolvimento científico levaria a um incremento tecnológico, produzindo inovações tecnológicas e maior valor agregado aos produtos, o que fortaleceria a economia nacional, resultando, dessa maneira em ações do Estado em prol do benefício da sociedade, no que se refere ao bem estar do cidadão brasileiro. Uma tese, que se apresenta mais como uma ideologia do que uma equação para resolver os graves problemas sociais, que são banalizados diariamente na mídia brasileira, mas que orienta o projeto político dos pesquisadores do Núcleo, quando estiveram por longo tempo no exercício da gestão educacional de nível superior.

O terceiro traço constitutivo da produção do NUPES reside no seu campo teórico-metodológico produzido pelos seus três principais pesquisadores já mencionados no início deste texto, que tem em Joseph Bem-David, o seu maior inspirador. Mostra isso o fato da esmagadora maioria dos documentos de trabalho ter em suas referências bibliográficas um ou mais textos deste autor e de outros com quem trabalhou ou que nele também se inspiraram, como é o caso do chileno José Joaquim Brunner, pesquisador associado do Núcleo e assíduo freqüentador de seminários, congressos, etc, promovidos na Universidade de São Paulo. Tal campo tem influências indiretas de Weber traduzidas para o funcionalismo que predominou nos Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960, tradução, que segundo Marsal (2002) apresenta-se de forma reducionista, porque descontextualizada das

principais preocupações do pensador alemão: “o *poder*, ou seja, a política, a *religião* e o capitalismo, acompanhado tudo isso por um aparelho metodológico e científico que de modo algum pode separar-se daquelas preocupações valorativas fundamentais” (p.16).

No campo educacional, no que se refere ao seu nível superior, o NUPES tem na sua produção justificativas teóricas, que nos parecem estranhas em certos momentos como procuramos mostrar nos textos de Durhan. A pesquisadora e gestora educacional durante vários governos entende que a educação superior pública tem custos muito elevados e não condizentes com a qualidade da docência, da pesquisa e da extensão, e, que portanto, não tem contribuído para a realização de sua teoria da centralidade da ciência, da tecnologia e da educação. Em razão disso, as produções indicam uma solução baseada num Estado forte e definidor de parâmetros para a educação, de forma centralizada, para que as instituições os realizem, sob o paradigma de um Estado avaliador, “como na Europa”, por meio de um rígido sistema de avaliação para o setor público ou privado. No caso da esfera pública, o financiamento seria contingenciado à avaliação do Estado. Destaca-se, dada a orientação da produção do NUPES, que os parâmetros produzidos centralizadamente pelo Estado são de natureza mercantil e produz a mercantilização como paradigma para a educação superior, provocando intensas mudanças no *ethos* nestas instituições das instituições de educação superior, que teriam mais as características de uma empresa prestadora de serviço, do que de uma instituição educacional do terceiro grau. Disso decorrem dois outros traços perversos: a subordinação da universidade ao Estado e ao setor produtivo. O que implica dizer, que a autonomia universitária é tutelada pelo Estado, de um lado, de outro, fica ao sabor das necessidades de um mercado em nível planetário, dada a referenciação no contexto da planetarização ao cultural ancorada no mesmo processo econômico, segundo a racionalidade do capitalismo.

Outro traço, conseqüência do que até agora se expôs sobre a produção do NUPES, especialmente esse último, constitui-se na diversificação das fontes de financiamento, para além do que o Estado provê: a diferenciação institucional. O “incentivo às instituições de melhor desempenho em detrimento das de pior qualidade, públicas ou privadas”, como se explicita no texto sobre a pesquisa e as universidades públicas. A diferenciação institucional traria graves conseqüências para o movimento docente, um grande defensor da escola pública em todos os seus níveis, tratado, no âmbito da produção acadêmica do Núcleo como um movimento de base exclusivamente corporativa. Destaca-se, aqui, ainda, a acentuação do processo de mercantilização das instituições de educação superior por essa via.

Como se pode notar a produção científica do Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo com o objetivo de influir nas políticas públicas para educação superior parece defender, por meio da mercantilização desse nível educacional, uma nova institucionalidade para toda a sociedade, na qual os direitos sociais subjetivos dos cidadãos transformem-se em *quase mercadoria* e a formação do sujeito fique subsumida ao trabalho socialmente necessário e abstrato, na medida em que contribui para a transformação da identidade das instituições de educação superior, num contexto em que o “vício parece fazer elogio à virtude”, para perpetuar-se. Por outro lado, é necessário indagar sobre a presença de seus pesquisadores principais assumindo postos chaves em três governos seguidos, construindo estruturas para a reconfiguração da educação superior na direção acima

referida. Senão para responder, pelo menos para lançar alguma luz sobre um possível itinerário para o entendimento da fundação do NUPES e sua ação desde 1989 até o momento presente, é necessário compreendermos alguns condicionantes de nossa história recente, em particular, na produção do novo desenho da educação superior.

O ORDENAMENTO JURÍDICO RECENTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

O ordenamento jurídico da educação superior estruturado pela legislação e normas recentes encontra na Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – seu documento legal mais importante, especialmente no extenso e genérico capítulo *Da Educação Superior*. Depois de anos tramitando no Congresso Nacional com base em um projeto com origem na sociedade civil e discutido primeiramente na Câmara e outro com origem no Executivo e discutido primeiramente no Senado, nossa Lei maior para educação reduziu-se a um guarda chuva genérico de natureza jurídica para dar guarida às ações do Ministério da Educação, seguindo as orientações contidas no documento que realmente orientou a reforma educacional brasileira no Brasil de FHC: *Planejamento Político Estratégico do MEC (1995-1998)*, que, aliás, induziu a própria lei acima referida (SILVA JR, 2003). Vale observar a versão da Lei aprovada no Senado que tornava claro o propósito da diferenciação institucional, que organizava o campo da educação superior quanto ao seu desenho institucional da seguinte forma: *universidades, centros de educação superior, institutos, faculdades e escolas superiores*, mas, que na versão aprovada no Congresso, de forma genérica, no artigo 45, reduz-se a: “A educação superior será ministrada em instituição de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização” (SGUISSARDI e SILVA JR, 2001). Por outro lado, no que se relaciona à nova institucionalidade a que nos referimos anteriormente, o Ministério da Reforma do Estado e da Administração Pública propunha a transformação das instituições federais de educação superior em **fundações públicas de direito privado**, as tão criticadas *organizações sociais*, o que permitiria organizá-las segundo o direito privado. No artigo 54, a LDB abre uma brecha para tal mudança, ao assegurar que as universidades “gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e funcionamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal” e, ainda, “com o que prevê o inciso I do parágrafo 1º ‘propor o seu quadro de pessoal docente e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos gerais pertinentes e os recursos disponíveis” (SGUISSARDI e SILVA JR, 2001, p. 54), o que acentua ainda mais a referida diferenciação institucional, bem como a diversificação de fontes de financiamento comprometendo a autonomia universitária, de acordo com as orientações da produção acadêmica do NUPES. Por outro lado, além de acabar com a unicidade de carreira consome com o lugar do Regime Jurídico Único, um privilégio corporativo, segundo o que se lê na produção acadêmica do referido Núcleo, numa “ditadura dos funcionários” proporcionada pela burocracia de Estado, na leitura de Weber. Na mesma direção da diferenciação institucional, a LDB é omissa quanto à indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão, que só é exigida por meio do 2.306/97, que revoga o DL 2.207/97, somente para as instituições organizadas sob a forma de universidades. O Decreto 2.306/97, dada a flexibilidade da LDB, permite ao MEC ancorado no *Planejamento Político Estratégico do MEC (1995-1998)*, reformar a educação superior introduzindo

as distinções entre *instituições públicas, instituições privadas sem fins lucrativos e instituições privadas com fins lucrativos*. Em seu artigo 4º deixa explícito o que o artigo 45 tenta escamotear:

Art. 4º Quanto à sua organização acadêmica, as instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino classificam-se em: I – universidades; II – centros universitários; III – faculdades integradas; IV – faculdades integradas V – institutos superiores ou escolas superiores.

Com isso, depois de muito tempo, os formuladores de políticas para a educação superior conseguiram seu intento em diferenciar as “universidades de pesquisa” (centros de excelência) das “universidades de ensino”, já presente nas propostas do Grupo de Estudos para a Reestruturação do Ensino Superior, instituído pelo MEC na década de 1980. Em acréscimo, a portaria 637/97 do MEC estabelece uma norma draconiana para os procedimentos para o credenciamento das IES das instituições privadas, que reivindicam tornarem-se universidades, mantendo o ordenamento jurídico uma relação de identidade com as propostas derivadas da produção do NUPES.

Quanto à autonomia universitária, as propostas do MEC entraram em contradição com as propostas da reforma do Estado. No caso do MEC, este insistia em que as universidades seriam entidades de direito público, impossibilitando, dessa forma, a transformações das IFES em *organizações sociais*. Novamente, neste ponto, a LDB forneceu a âncora jurídica, posto que as instituições tornar-se-iam organizações sociais voluntariamente. Sguissardi e Silva Jr (2001) escrevem:

O poder de cada universidade decidir autonomamente sobre sua política de pessoal, incluindo contratações e remunerações foi incorporado ao Capítulo *Da Educação Superior* da LDB. Não menos significativo é o enunciado: As universidades serão estimuladas a buscar fontes adicionais junto a outras esferas do poder público e à iniciativa privada para ampliar o atendimento a outras demandas sociais que não o ensino. (SGUISSARDI; SILVA JR, 2001, p. 62).

Novamente o projeto político para a educação superior do NUPES mantém identidade com a nova base legal desse nível educacional, mostrando mais uma vez sua natureza política de produtor das bases teóricas para as *Novas Faces da Educação Superior no Brasil*, que expressam, nesse âmbito a mesma matriz teórico-político-ideológica da reforma do Estado, que se processou sob a batuta de Bresser Pereira, sob a orientação política de Fernando Henrique Cardoso, que, na sua prática, como Presidente do Brasil, aderiu aos ensinamentos dos organismos e agências multilaterais, numa espécie de atualização de sua *Teoria da Dependência*. Os governos de Fernando Henrique Cardoso marcaram uma ruptura, mas ao mesmo tempo muitas continuidades no que se refere à educação superior, fundamental para compreendermos a identidade entre a existência do NUPES e sua produção e ação na gestão da educação superior, mudando a identidade das IES, bem como reconfigurando o espaço da educação superior. Claro está que o processo de planetarização do capitalismo exigiu mudanças na forma de ser social, conquanto, de sua forma de vida. Isso exigiu um intenso processo de reformas institucionais para produzir nova estrutura social, nova cultura (formas de incorporação do que já fora produzido pela humanidade ao longo de sua existência) e novas políticas, sobretudo da educação, em particular, que junto com o Estado produz e reproduz a matriz teórica, política e ideológica. Assim, a produção da ciência e as instituições que a produzem, põe-se a meta de um determinado

governo qualquer que seja sua orientação tornando-se ambos profissionais e pragmáticos, correndo contra a identidade da educação superior e de sua função social, o que provoca um ser social divisível, quando ele não o é e individualista e possessivo, quando é um ser genérico. Em breve, a saúde mental será o maior mal de saúde pública no planeta, a começar pela esquizofrenia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMPOS, Ernesto de Souza. **História da Universidade de São Paulo**. São Paulo, 1954.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Pronunciamento de despedida no Senado Federal**, em 14 de dezembro de 1994. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/prodasen>>. Acesso em: 21 de outubro de 2003.
- CORAGGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção. In: HADDAD, Sérgio; TOMMASI Livia de; WARDE, Mirian Jorge (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez Editora, PUC-SP e Ação educativa, 1996.
- DURHAN, Eunice Ribeiro. **As políticas recentes para o ensino superior na América Latina**. Universidade de São Paulo. NUPES. Documento de Trabalho 07/97, 1997, 17p.
- DURHAN, Eunice Ribeiro. Universidade de São Paulo. NUPES. **A Pós-Graduação no Brasil – Problemas e Perspectivas**. Documento de Trabalho 08/96, 1996, 21p.
- DURHAN, Eunice Ribeiro. Universidade de São Paulo. NUPES. **As universidades públicas e a pesquisa no Brasil**. Documento de Trabalho 09/98, 1998, 36p.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade e poder – Análise crítica/fundamentos históricos: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- MARSAL, Juan F. Por que Weber? In: WEBER, Max. **Ciência e política – duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- PALHARINI, Francisco de Assis. Caderno NUPES: o novo protagonista na formulação teórica da política para o ensino superior. In: MOROSINI, Marília; SGUISSARDI, Valdemar. **A educação superior em periódicos nacionais**. Espírito Santo: FCAA/CNPq, 1998.
- SAMPAIO, Helena. Universidade de São Paulo. NUPES. **Universidades privadas: características institucionais e acadêmicas**. Documento de Trabalho 12/98, 1998, 53p.
- SAMPAIO, Helena. Universidade de São Paulo. NUPES. **Setor Privado de Ensino Superior no Brasil: Atores e Políticas**. Documento de Trabalho 7/98, 1998, 61p.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Relatório de uma Visita ao Brasil – Universidade e Ciência por Ben-David*. (Introdução ao Texto de Ben-David), *Ciência Hoje* 7, 37, novembro 1987, p. 68. Disponível no sítio <http://www.schwartzman.org.br/simon/publicac.htm>, em maio de 2000.
- SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JR, João dos Reis. **As novas faces da educação superior no Brasil – reforma do estado e mudanças na produção**. São Paulo: EDUSF e Cortez Editora, 2001.
- SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JR, João dos Reis. **Educação superior – análise e perspectivas de pesquisa**. São Paulo: Editora Xamã, 2001.
- SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JR, João dos Reis. Construindo fontes de dados e uma agenda de pesquisa: O Banco de Dados *Universitas/Br*. *Comunicações – Revista do Programa de Pós-Graduação da Universidade Metodista de Piracicaba*. Ano 9, jun./2002, p.21-43.
- SILVA JR, João dos Reis. **A Formação da Universidade Metodista de Piracicaba – um estudo histórico sobre administração universitária**. São Paulo: PUC-SP, Tese de Doutorado, 1992.
- SILVA JR, João dos Reis. **Reforma do estado e da educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Editora Xamã, 2003.
- SILVA JR, João dos Reis; FERRETTI, Celso João. **O institucional, a organização e a cultura da escola**. São Paulo: Xamã Editora, 2004.
- SILVA JR, João dos Reis. **O pragmatismo e o populismo na educação superior nos governos FHC e LULA**. São Paulo: Xamã Editora, 2005.

SILVA JR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil ou continuidade da privatização e mercantilização do público? Campinas e ANPEd. **Revista Brasileira de Educação**. mai./jun./jul./ago. de 2005, n.29, p. 5-27.

Artigo recebido em março de 2006 e aprovado pelo Conselho Editorial em maio de 2006.